



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA MINISTRO DOS RECURSOS MINERAIS,  
PETRÓLEO E GÁS, DIAMANTINO AZEVEDO

ABERTURA XIII REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MIREMPET  
MALANJE, 14 DE AGOSTO DE 2026

Excelentíssimo Senhor Governador da Província de Malanje;

Excelentíssimos Senhores Deputados à Assembleia Nacional;

Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado;

Excelentíssimos Senhores Vice-Governadores;

Excelentíssimos Senhores Administradores Municipais;

Distintas Autoridades Tradicionais, Religiosas e da Sociedade Civil;

Membros do Conselho Consultivo do Ministério dos Recursos Minerais,  
Petróleo e Gás;

Representantes das Empresas Públicas e Privadas do Sector;

Caros Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me, antes de mais, expressar os meus mais profundos agradecimentos ao Governo da Província de Malanje, na pessoa de Sua Excelência o Governador Provincial, pela calorosa recepção e por toda a colaboração prestada para a realização desta 13.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo Alargado do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

É com elevada honra e satisfação que nos encontramos nesta acolhedora Província de Malanje, terra da Palanca Negra Gigante, de tradição cultural, de riqueza agro-industrial e económica, cuja importância estratégica para o desenvolvimento nacional se reforça a cada dia.

A realização deste encontro reveste-se de particular significado por constituir um dos mais importantes fóruns de reflexão, concertação e avaliação do desempenho institucional do nosso Sector. Trata-se de um espaço privilegiado para fazermos o balanço do percurso já realizado,

analisarmos os desafios actuais e definirmos, de forma participativa e responsável, os caminhos que orientarão as nossas futuras acções.

Esta 13.<sup>a</sup> Reunião realiza-se sob o lema: **"RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS COMO FACTOR DE CRESCIMENTO, DIVERSIFICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOBERANIA"**.

Trata-se de um lema que traduz, de forma clara e objectiva, a visão estratégica do Executivo para o aproveitamento responsável e eficiente dos recursos minerais do nosso País.

Com efeito, o crescimento económico, a diversificação da economia, o desenvolvimento sustentável e a consolidação da soberania nacional constituem objectivos indissociáveis da gestão dos recursos minerais e petrolíferos. Estes recursos continuam a desempenhar um papel decisivo no financiamento da economia nacional, na criação de empregos, na promoção do investimento privado, no desenvolvimento das infra-estruturas, na transferência de conhecimento e na melhoria das condições de vida das populações.

Ao longo desta reunião teremos oportunidade de analisar temas directamente relacionados com cada uma das dimensões expressas no lema que nos reúne, por via de uma agenda que reflecte a amplitude e a importância dos desafios que enfrentamos.

Durante os trabalhos iremos analisar o grau de implementação das recomendações saídas da 12.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo, avaliar os principais resultados alcançados pelo Sector entre 2023 e 2026, apreciar o estado de desenvolvimento do Cadastro Mineiro Digital de Angola e debater matérias relacionadas com o fornecimento de energia aos projectos mineiros.

No domínio dos recursos minerais, serão apresentadas matérias ligadas à exploração e refinação do ouro, à produção de rochas ornamentais, ao desenvolvimento da indústria do quartzo, à prospecção e produção diamantífera, bem como o ponto de situação de importantes projectos mineiros nos segmentos do cobre, ferro, nióbio, terras raras e outros minerais críticos.

No sector de petróleo e gás, faremos o balanço da estratégia de licitações e atracção de investimentos, da implementação do Plano Director do Gás, do desenvolvimento dos projectos petrolíferos em curso, da expansão da capacidade nacional de refinação, da modernização das infra-estruturas de armazenagem e distribuição de combustíveis, bem como das iniciativas associadas aos biocombustíveis e à integração entre gás e fertilizantes.

Serão igualmente debatidos temas transversais relacionados com a competitividade do Sector, o conteúdo local, a formação de quadros, o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e o fortalecimento da participação dos angolanos nas cadeias de valor da indústria extractiva.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

O mandato 2017-2022 ficou marcado por uma profunda transformação institucional, regulatória e estrutural do Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, no quadro das reformas promovidas por Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República e Titular do Poder Executivo.

Neste período, foi implementada uma nova arquitectura institucional, com a criação da ANPG, da ANRM e a institucionalização do IRDP, a par da reestruturação da SONANGOL, ENDIAMA e SODIAM, permitindo uma separação mais clara das funções de concessão, regulação e operação, em conformidade com as melhores práticas internacionais. Foram ainda reforçadas as atribuições técnicas e científicas do Instituto Geológico de Angola, enquanto a Comissão Nacional do Processo Kimberley consolidou o seu papel na certificação e rastreabilidade dos diamantes produzidos no País.

As reformas foram acompanhadas por um amplo conjunto de medidas legislativas e regulamentares destinadas a dinamizar o investimento, aumentar a competitividade e garantir maior eficiência na gestão dos recursos minerais e petrolíferos.

No domínio petrolífero, destacam-se a Estratégia Geral de Atribuição de Concessões Petrolíferas 2019-2025, a Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos 2020-2025 e os instrumentos para promover o aproveitamento dos recursos de gás natural, desenvolver campos marginais e adequar os regimes contratuais e fiscais às novas dinâmicas da indústria energética internacional.

Como resultado, o País mobilizou investimentos significativos para a pesquisa, desenvolvimento e produção petrolífera, assegurando a sustentabilidade da produção nacional e lançando as bases para o desenvolvimento da indústria do gás natural, com a criação do Novo Consórcio de Gás.

No segmento da refinação e logística de combustíveis, foram lançadas iniciativas determinantes para a redução da dependência externa de produtos refinados. Destacam-se a ampliação da Refinaria de Luanda, bem como os investimentos em infra-estruturas de armazenagem estratégica. No sector mineiro, destacaram-se a implementação da Nova Política de Comercialização de Diamantes Brutos, o Regulamento de Exploração Semi-Industrial de Diamantes e a implementação do Pólo Diamantífero de Saurimo, medidas que promoveram maior transparência, agregação de valor, formalização da actividade mineira e criação de emprego.

Merecem referência os avanços alcançados com o PLANAGEO, o reforço do conhecimento geológico nacional e a atracção de investidores internacionais para a exploração de minerais estratégicos, contribuindo para posicionar

Angola como um dos destinos mais promissores do investimento mineiro em África.

Foram ainda registados progressos relevantes na formação de quadros, na pesquisa científica, na transparência do sector extractivo com a adesão de Angola à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) e na responsabilidade social das empresas.

Em síntese, o mandato 2017-2022 lançou os alicerces para a modernização dos sectores dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, reforçando o seu contributo para o crescimento económico, a diversificação da economia, a industrialização nacional e a criação de emprego qualificado.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

No presente mandato, alinhado com os objectivos do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, o Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás manteve-se empenhado na consolidação das reformas estruturantes iniciadas no ciclo anterior e na implementação de projectos estratégicos orientados para a sustentabilidade, a diversificação económica e a criação de valor.

No sector petrolífero, as prioridades têm incidido na sustentabilidade da produção, reposição de reservas, monetização do gás natural, expansão da capacidade de refinação e armazenagem, melhoria da distribuição de combustíveis, promoção do conteúdo local e resposta gradual aos desafios da transição energética.

Esta visão assenta na convicção de que o petróleo e o gás continuam a desempenhar um papel determinante para a estabilidade macroeconómica, atracção de investimento, financiamento do desenvolvimento nacional e criação de oportunidades para os angolanos.

Apesar dos constrangimentos decorrentes da maturidade dos campos petrolíferos, Angola conseguiu manter a produção nacional acima de um milhão de barris por dia, graças à entrada em operação de novos projectos, à optimização dos activos existentes e ao reforço das actividades de pesquisa e desenvolvimento.

Simultaneamente, foram intensificados os esforços de atracção de investimento. Apesar da crescente competitividade internacional e do surgimento de novas fronteiras exploratórias em diversas regiões do mundo, Angola conseguiu reforçar a confiança dos investidores, mantendo as grandes companhias internacionais no País e atraindo novos operadores para o seu portefólio, a exemplo da Shell, Petronas, entre outros, o que contribuiu para a expansão da actividade exploratória nas bacias do Baixo Congo, Kwanza e Namibe.

De salientar que com o objectivo de preservar e reforçar a atractividade do País para o investimento energético, o Executivo promoverá a realização de um novo Estudo de Competitividade do Sector Petrolífero. Esta iniciativa surge quatro anos após o primeiro estudo, cujas recomendações estiveram na base de importantes reformas regulatórias, fiscais e contratuais, e adoptará agora uma abordagem integrada de toda a cadeia de valor dos hidrocarbonetos, do upstream ao downstream, permitindo responder aos novos desafios da indústria energética mundial e consolidar Angola como um dos destinos mais competitivos para o investimento em África.

No plano dos investimentos estruturantes, realça-se ainda a execução do Projecto Kaminho no Bloco 20/11, o primeiro desta natureza desenvolvido no offshore da Bacia do Kwanza, que poderá elevar os níveis da produção nacional, através do desenvolvimento dos campos Cameia e Golfinho, com entrada em produção prevista para 2028 e 2031, respectivamente. A construção da sua Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga (FPSO) teve início na China, enquanto a componente de construção local arrancou com o corte do primeiro aço no Estaleiro da Petromar, em Ambriz, província do Bengo.

Paralelamente, a SONANGOL tem vindo a reforçar a sua intervenção nos activos operados e participados. Nos Blocos 3/05 e 3/05A, as campanhas de intervenção e reabilitação de poços e a optimização operacional permitiram elevar a produção e melhorar o desempenho dos últimos seis anos.

Neste quadro, importa igualmente destacar o sucesso da perfuração e dos testes do poço Katambi-2, na Bacia de Benguela, cujos resultados confirmaram a existência de reservatórios de boa qualidade e reforçaram o potencial dos recursos da área, incluindo gás não associado.

No campo Pacassa, na Bacia do Baixo Congo, registou-se igualmente um resultado encorajador com a conclusão bem-sucedida da perfuração do poço PAC 416. Os resultados obtidos confirmaram uma coluna de petróleo de cerca de 100 metros em reservatórios de boa qualidade, evidenciando o potencial produtivo do campo e consolidando as perspectivas para o seu redesevolvimento.

Outro marco relevante foi a retoma da exploração petrolífera na Bacia Terrestre do Kwanza, após cerca de 30 anos, com a perfuração dos poços Tobias-13 e Tobias-14, no Bloco KON-11. 033. Merece igualmente realçar a conclusão, em Julho de 2026, das negociações para a implementação da Zona Marítima de Interesse Comum (ZIC) entre Angola e a República Democrática do Congo, área destinada à exploração e produção conjunta de recursos petrolíferos localizados numa zona marítima partilhada pelos dois países.

Resultado de um longo processo de cooperação iniciado em 2003 e consolidado com a assinatura do respectivo Protocolo em 2007, a ZIC entrou numa nova fase com a definição da sua estrutura de governação e a constituição dos respectivos órgãos de gestão e supervisão, criando as



condições necessárias para o início das actividades de pesquisa e desenvolvimento e abrindo uma nova etapa da cooperação energética bilateral.

O acordo estabelece uma gestão integrada dos recursos e uma partilha equitativa dos benefícios, assegurando a distribuição das receitas em partes iguais entre os dois países.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Para além destes avanços, registaram-se igualmente outros progressos significativos. No domínio do gás natural, foi reforçado o fornecimento deste recurso à Angola LNG, impulsionado pela implementação do Novo Consórcio de Gás e pela entrada em funcionamento da Unidade de Distribuição de Gás do Soyo Falcão 2, infra-estrutura que assegurará igualmente o fornecimento de gás à futura Planta de Fertilizantes do Soyo.

A descoberta de novas reservas, a aprovação do Plano Director do Gás e a entrada em operação de infra-estruturas estratégicas consolidam as bases para o desenvolvimento de uma verdadeira indústria nacional do gás, reforçando o seu contributo para a diversificação económica e a industrialização do País.

Deve ainda ser assinalado que o Executivo se encontra a concluir a Estratégia Nacional dos Hidrocarbonetos, actualmente em fase de consulta pública. Este instrumento estratégico definirá a visão de longo prazo para o desenvolvimento integrado de toda a cadeia de valor dos hidrocarbonetos, preparando o País para responder aos desafios da segurança energética, da transição energética e da crescente competição internacional pela captação de investimento.

Assinalam-se igualmente os progressos alcançados na avaliação das bacias sedimentares, através dos estudos e levantamentos técnicos realizados, os quais permitiram reforçar o conhecimento geológico e identificar novas oportunidades para a actividade exploratória.

Este processo culminou na aprovação da divisão das bacias interiores de Etosha-Okavango em 37 blocos, e de Kassanje, em 45 blocos, bem como das regiões ultraprofundas das bacias do Baixo Congo em 8 blocos, do Kwanza, em 6 blocos, de Benguela e do Namibe, em 5 blocos cada, encontrando-se os respectivos despachos em fase de publicação em diário da República.

No quadro desta visão estratégica, o Executivo tem continuado a implementar, no segmento da refinação, a sua estratégia de redução gradual da dependência externa de produtos refinados e de reforço da segurança energética nacional.

A instalação da Unidade de Platforming na Refinaria de Luanda, concluída em 2022, permitiu aumentar a capacidade nacional de produção de gasolina. [

Em 2025, foi inaugurada a primeira fase da Refinaria de Cabinda, permitindo a produção e comercialização de gasóleo, Jet A-1, nafta e óleo combustível pesado, e paralelamente, prosseguem os trabalhos da sua segunda fase, com vista à expansão da sua capacidade de produção.

De igual modo, continua a construção da Refinaria do Lobito e prosseguem também os esforços para viabilizar a Refinaria do Soyo, cuja implementação deverá ocorrer de forma faseada, no quadro da sua futura configuração como complexo petroquímico.

Em relação à armazenagem, logística e distribuição de combustíveis, foram igualmente alcançados progressos relevantes. A conclusão da primeira fase do Terminal Oceânico da Barra do Dande, inaugurado em Fevereiro de 2025, representa um marco estruturante para a segurança energética nacional.

Foram também desenvolvidas acções de modernização e adequação técnico-operacional dos terminais oceânicos de Cabinda, Lobito e Namibe.

No plano da distribuição e comercialização de produtos derivados de petróleo e gás, foram realizados investimentos na expansão e modernização da rede nacional de abastecimento, reforçando a sua cobertura territorial e aproximando os serviços às populações.

No domínio regulatório, o IRDP deu continuidade às reformas do segmento downstream, incluindo medidas de ajustamento dos preços dos combustíveis, reforço da sustentabilidade do sector e combate ao contrabando de produtos petrolíferos.

Quanto ao conteúdo local, foram reforçados os mecanismos de certificação, qualificação e financiamento das empresas nacionais, promovendo uma participação crescente dos operadores angolanos na cadeia de valor da indústria extractiva e contribuindo para a criação de emprego qualificado para os cidadãos nacionais.

A transição energética, a protecção ambiental e a descarbonização constituem igualmente dimensões centrais da actuação do Sector no presente mandato. Angola encara este processo com sentido de realismo, equilíbrio e responsabilidade, reconhecendo que a transição energética deve ser justa, gradual, inclusiva e compatível com as necessidades de desenvolvimento dos países produtores de hidrocarbonetos, como sempre tenho dito.

Neste contexto, no domínio das energias renováveis, destaca-se a entrada em operação da primeira fase da Central Fotovoltaica de Caraculo, projecto desenvolvido pela Sonangol em parceria com a ENI. Está igualmente em curso a implementação da sua segunda fase, bem como a construção da Central Fotovoltaica de Quilemba, esta última numa parceria entre a Sonangol e a TotalEnergies, em fase avançada de execução.

No domínio das novas energias, está em curso o estudo para o desenvolvimento do Projecto de Hidrogénio Verde da Barra do Dande, bem

como a implementação de projectos de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis.

Complementarmente, encontram-se em curso as acções relacionadas com a criação do quadro estratégico e legal dos biocombustíveis, incluindo a elaboração da Estratégia Nacional e da Lei dos Biocombustíveis, cuja consulta pública terminou recentemente. Também prosseguem os estudos sobre a implementação de uma biorefinaria, assim como os trabalhos de levantamento e caracterização da biomassa nacional, em colaboração com instituições de ensino superior e de investigação.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

No sector dos recursos minerais, a actuação do Executivo tem estado orientada para a modernização institucional, reforço do conhecimento geológico, diversificação da produção, industrialização dos recursos minerais e aumento da agregação de valor.

Neste contexto, está em curso a implementação do Cadastro Mineiro Digital de Angola, um instrumento estruturante que permitirá maior transparência, celeridade e segurança na tramitação dos processos de licenciamento e gestão dos direitos mineiros, cujo ponto de situação será apresentado no decurso deste evento.

No subsector diamantífero, registaram-se avanços importantes na prospecção e produção, com destaque para a entrada em operação do Projecto Luele, um dos maiores depósitos primários de diamantes do mundo, permitindo aumentar a produção nacional e consolidar a posição de Angola entre os principais produtores mundiais.

Ainda no segmento diamantífero, foram dados passos importantes na formalização e estruturação da actividade, com a transição de algumas cooperativas de exploração semi-industrial para projectos industriais.

Foram igualmente reforçadas as acções de combate à exploração ilegal, a rastreabilidade da produção, os mecanismos de controlo e venda, as boas práticas ambientais e o alinhamento com os padrões internacionais de certificação e transparência, com destaque para o Processo Kimberley.

Prosseguiram igualmente os trabalhos de implementação da Bolsa de Diamantes de Angola, instrumento estratégico destinado a reforçar a transparência, a competitividade e a valorização dos diamantes angolanos nos mercados internacionais.

No que diz respeito à lapidação, continuamos a avançar na agregação de valor aos diamantes produzidos no País. Neste contexto, continuam a ser inauguradas novas fábricas no Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, ao mesmo tempo que foi aprovado um regime provisório de



incentivos para melhorar a viabilidade económica da actividade e atrair novos investimentos.

A produção mineira de ouro na província de Cabinda teve início em 2023. Contudo, a maioria dos projectos auríferos localizados naquela província e nas demais regiões do País encontra-se actualmente em fase de reestruturação e reorganização operacional.

Merece igualmente referência a continuidade da construção da Refinaria de Ouro, em Luanda, cuja entrada em funcionamento, prevista para este ano, deverá constituir um marco histórico na capacidade nacional de transformação e valorização deste mineral estratégico.

Em relação às rochas ornamentais, foi promovido o aumento do número de pedreiras em produção. Igualmente, registou-se o lançamento, em 2025, da primeira pedra do Pólo de Desenvolvimento de Rochas Ornamentais do Namibe, infra-estrutura destinada a criar melhores condições para o crescimento industrial deste segmento.

Quanto aos metais ferrosos, destaca-se a inauguração, em 2023, da primeira unidade fabril de ferro-gusa da Companhia Siderúrgica do Cuchi. Prosseguem as diligências para a implementação do projecto minero-siderúrgico de Kassinga. No domínio dos metais não ferrosos, registou-se, no ano passado, a inauguração do Projecto de Exploração de Cobre do Tetelo, na província do Uíge, marcando o início da exploração moderna de metais básicos em Angola.

Está prevista para breve a inauguração do projecto integrado de exploração de nióbio, ferro e fosfato na província da Huíla, um empreendimento de elevado valor estratégico que assinalará o arranque da primeira exploração de nióbio em África.

O projecto de produção de amónia e ureia da AMUFERT, em desenvolvimento na província do Zaire, constitui uma iniciativa que visa potenciar a integração entre os recursos minerais do País, a indústria transformadora e o sector agrícola, contribuindo para o reforço da segurança alimentar.

Noutros domínios estratégicos, estiveram em curso projectos de prospecção e exploração de terras raras no Longonjo, de lítio no Namibe e de metais básicos no Cunene, Quando e Moxico. Continuaram, igualmente, os estudos geológicos sobre quartzo, lítio e urânio, no âmbito da caracterização de minerais críticos para a transição energética, fortalecendo a posição de Angola perante as novas exigências da economia verde e das cadeias globais de tecnologia limpa.

Cabe sublinhar que, com a proibição da exportação do gesso e quartzo em estado bruto, o País passou a registar maior investimento na transformação industrial destes recursos, potenciando a produção de materiais de construção, a substituição de importações, a criação de empregos, a dinamização da cadeia de valor mineira e o surgimento de fábricas de silício metalúrgico.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Angola entende que a competitividade do sector mineiro exige um quadro jurídico moderno, estável, previsível e alinhado com as melhores práticas internacionais.

Por isso, o Executivo decidiu promover um estudo comparado sobre a legislação mineira angolana, a ser conduzido por uma entidade internacional de reconhecida experiência, com o objectivo de avaliar, de forma técnica e independente, o enquadramento jurídico, regulatório e fiscal do País face aos principais mercados concorrentes na atracção de investimento. A realização deste exercício reveste-se de particular relevância num momento em que o Código Mineiro completa 15 anos de vigência, proporcionando uma oportunidade para avaliar a adequação e a eficácia de alguns dos seus instrumentos face à evolução das dinâmicas do sector, das exigências dos investidores e das melhores práticas internacionais.

As conclusões serão submetidas à consulta pública, envolvendo operadores, investidores, associações empresariais, academia, especialistas e demais partes interessadas, assegurando que qualquer eventual ajustamento resulte de diálogo transparente, preserve a segurança jurídica, reforce a confiança dos investidores e contribua para um sector mineiro mais competitivo, sustentável e gerador de valor para Angola.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

De forma transversal a toda a cadeia de valor da indústria extractiva, o Sector continuou a fortalecer três pilares essenciais para o seu desenvolvimento sustentável: a formação e a valorização do capital humano nacional, a promoção da responsabilidade social e o reforço da sustentabilidade ambiental. Estas dimensões têm constituído vectores estratégicos da nossa actuação, contribuindo para a competitividade do Sector, a melhoria das condições de vida das populações e a utilização responsável dos recursos minerais em benefício do desenvolvimento nacional.

Deste modo, foram reforçados os Planos de Desenvolvimento de Recursos Humanos, as políticas de angolanização e conteúdo local, bem como os programas de formação interna e externa, estágios, bolsas de estudo e capacitação especializada. Destaca-se o papel das instituições e empresas tuteladas e de entidades formadoras como o Instituto Nacional de Petróleos, o ISPTEC, o Centro de Formação Marítima de Angola, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Sonangol, a Escola 42 de Luanda, o Centro de Formação em Lapidação e Avaliação de Diamantes (CEFOLAD), o Centro de Formação Técnico-Profissional da ENDIAMA (CEFOPE), a Academia PetroAngola, os Centros de Formação da Schlumberger, da Petromar, da Chevron e outras instituições académicas e técnico-profissionais.

Foram igualmente estabelecidos e dinamizados convénios com parceiros internacionais, incluindo instituições francesas, alemãs, portuguesas e outras entidades de referência, como o MIT, orientados para a formação superior e especializada, a promoção da aprendizagem colaborativa internacional, a inovação pedagógica e a transferência de conhecimento.

No domínio da responsabilidade social, as empresas do Sector têm prosseguido com a implementação de projectos de impacto nas comunidades, especialmente nas zonas de influência das actividades mineiras e petrolíferas. Estas acções têm abrangido áreas como educação, saúde, formação profissional, desenvolvimento económico local, inclusão social, cultura, desporto e apoio a infra-estruturas comunitárias, contribuindo para aproximar a actividade extractiva das necessidades reais das populações. Importa sublinhar que, no decurso deste Conselho Consultivo, será apresentada uma panorâmica geral mais detalhada sobre os investimentos realizados ao longo dos últimos anos.

Em relação ao ambiente, o Sector tem reforçado uma actuação orientada para a sustentabilidade, a prevenção de riscos e o cumprimento das normas ambientais e de segurança operacional.

No domínio da governação e da transparência, a implementação da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) tem reforçado a boa governação dos recursos minerais e petrolíferos, promovendo o diálogo entre o Governo, as empresas e a sociedade civil. Os progressos alcançados em matéria de divulgação de informação e prestação de contas contribuíram para fortalecer a confiança dos cidadãos e dos investidores, consolidando a credibilidade internacional de Angola e apoiando uma gestão mais transparente, sustentável e responsável dos recursos minerais.

**Excelências,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Em termos de perspectivas, as prioridades do Sector de petróleo e gás mantêm-se bem definidas.

No upstream, continuaremos a trabalhar para assegurar a sustentabilidade da produção nacional, acelerar a exploração de novos recursos, intensificar a perfuração de poços de exploração e avaliação, atrair novos operadores e consolidar Angola como destino preferencial para o investimento petrolífero em África.

No domínio do gás, prosseguiremos com a implementação do Plano Director do Gás, a consolidação do Novo Consórcio de Gás, a expansão das infra-estruturas de aproveitamento e distribuição, e a integração do gás natural em projectos de fertilizantes, energia eléctrica e industrialização.

Na refinação e petroquímica, manteremos o foco na conclusão dos projectos estruturantes do Lobito, Cabinda e Soyo, bem como na implementação da

bio-refinaria e na promoção de iniciativas associadas ao desenvolvimento petroquímico nacional.

Na armazenagem e distribuição, continuaremos a investir na rentabilização do Terminal Oceânico da Barra do Dande, na adequação técnica e operacional dos terminais oceânicos de Cabinda, Lobito e Namibe, na expansão da rede de postos de abastecimento e na melhoria da cobertura territorial dos combustíveis.

No plano regulatório, o IRDP prosseguirá com a implementação do sistema nacional de rastreabilidade dos produtos petrolíferos, a revisão das especificações dos combustíveis, a criação de um laboratório para análise de combustíveis líquidos, gasosos e lubrificantes, bem como o reforço dos serviços locais do Instituto.

Na transição energética, continuaremos a desenvolver projectos de hidrogénio verde, energias renováveis, biocombustíveis, descarbonização das operações e exploração de minerais críticos associados às tecnologias de geração, armazenamento e distribuição de energia limpa.

As perspectivas para o Sector dos Recursos Minerais apontam para a conclusão do PLANAGEO, a implementação do Cadastro Mineiro Digital de Angola e o início do estudo de competitividade do sector mineiro nacional. 086. No segmento diamantífero, prevê-se a consolidação do Projecto Luele e a entrada gradual em produção de novos projectos, com destaque para Chiri, Luachimba, Xamacanda, Tchitengo e Mulepe, assegurando a expansão sustentada da produção nacional. Paralelamente, serão priorizadas a operacionalização da Bolsa de Diamantes de Angola e a expansão da capacidade de lapidação nos Pólos Diamantíferos de Saurimo e do Dundo.

No segmento do ouro, as atenções estarão voltadas para a entrada em funcionamento da Refinaria de Ouro de Angola, a consolidação dos projectos em produção e o desenvolvimento de novas operações mineiras.

Relativamente aos minerais estratégicos, perspectiva-se a entrada em produção dos projectos Longonjo, de terras raras, Angolítio, de lítio, e Niobonga, de nióbio, bem como a consolidação do Projecto Tetelo, de cobre.

Igualmente, continuará a implementação do Projecto AMUFERT, no Zaire. Prevê-se ainda o avanço do Pólo de Desenvolvimento de Rochas Ornamentais do Namibe e a revitalização do projecto mineiro-siderúrgico de Kassinga.

Transversalmente, o Sector continuará a reforçar o conteúdo local, a formação e capacitação do capital humano, a inovação tecnológica, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental, assegurando que os recursos minerais contribuam cada vez mais para a industrialização, criação de empregos qualificados, fortalecimento da base produtiva nacional e melhoria do bem-estar das populações.

**Excelências,**

## **Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Antes de concluir, gostaria de reiterar que a 13.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás deve constituir, acima de tudo, um momento de reflexão, avaliação e concertação em torno dos grandes desafios e oportunidades do nosso Sector.

Temos diante de nós uma agenda ampla e exigente, alinhada com as prioridades do Executivo e com o lema que orienta este encontro.

Este Conselho Consultivo deve, por isso, reafirmar o nosso compromisso colectivo com uma gestão cada vez mais eficiente, transparente, moderna e sustentável dos recursos minerais e petrolíferos que pertencem ao povo angolano e que devem continuar a ser colocados ao serviço do desenvolvimento nacional.

Esperamos que os debates sejam francos, participativos e orientados para resultados concretos. Precisamos identificar os constrangimentos que persistem, consolidar os avanços alcançados, corrigir o que for necessário e formular recomendações realistas e exequíveis para o fortalecimento do Sector.

Permitam-me agradecer, uma vez mais, à Província de Malanje pela hospitalidade demonstrada e a todas as instituições e entidades que contribuíram para o êxito desta reunião.

Assim, em nome do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, e com elevada honra, declaro oficialmente aberta a 13.<sup>a</sup> Reunião do Conselho Consultivo Alargado do MIREMPET.

**Muito Obrigado!**